

ESTADO DE SÃO PAULO *A oligarquia triunfa no Senado*

A Comissão de Assuntos Econômicos do Senado aprovou projeto de resolução sobre as condições de negociação da dívida externa brasileira que é um primor — a bem dizer não se sabe de quê, por sé-lo de tudo. O sejeitor Fernando Henrique Cardoso, um dos que conduziram a votação dessa pérola, bem que se apercebeu disso, tanto assim que dizia na noite da aprovação que se o dispositivo que proíbe o pagamento dos juros atrasados causar embaraços aos negociadores brasileiros o Senado poderá alterá-lo. "O que, em outras palavras, significa que o que foi aprovado nada vale, a não ser para demonstrar aos bancos credores que o Senado brasileiro está convencido da verdade patriótica da proposta do grupo que dirige a economia brasileira, mas poderá atender às justas ponderações dos banqueiros.

Não sabemos se o bom senso implícito na declaração do senador paulista prevalecerá no plenário do Senado. Mesmo que seja triunfante na ocasião em que se verificar que os credores desejam manifestação de boa vontade do governo brasileiro para fazer o acordo, a alteração do parágrafo único do art. 6º da resolução do Senado em nada modificará o caráter chauvinista de grande potência da decisão da Câmara Alta do Congresso Nacional.

Não apenas o chauvinismo de grande potência inspirou essa maldadada resolução. Ela ressuma o nacionalismo ultrapassado por todas as letras. Espelha lhanamente o triunfo da oligarquia (representada também no Senado) sobre as inten-

ções privatizantes do presidente da República — triunfo alcançado, aliás, e para surpresa geral, com o sorriso complacente da ministra da Economia, campeã daquilo que o governo chama de reforma do Estado.

Quem se der ao trabalho de ler com atenção o art. 5º da resolução verá que o Programa de Privatização corre o risco de ser paralisado, na medida em que aquele que pretender adquirir ações ou participações em empresas estatais — no decorrer do processo de privatização, utilizando títulos da dívida externa brasileira — deverá conceder os descontos do mercado secundário. Em outras palavras, os títulos só poderão ser aceitos pelo governo brasileiro com deságio e não por seu valor de face. Ora, essa limitação, somada aos fatos de que existe limite para a participação estrangeira no capital das empresas estatais privatizadas e escassez de capitais nacionais, evidencia que não se quer que os estrangeiros participem do processo de reforma do Estado brasileiro. Assim, o processo de privatização sofrerá duro golpe e uma das vértebras do Plano Collor será quebrada. O nacional-oligarquismo mostra, então, que é mais forte do que a vontade do presidente da República e da sociedade de pôr termo à ocupação do Estado pela burocracia governamental de segundo escalão.

Esse é o principal aspecto ideológico da resolução aprovada pela Comissão de Assuntos Econômicos do Senado. Há outro, que já analisamos em comentário anterior, quando

do depoimento da ministra Zélia Cardoso de Mello perante essa mesma comissão. É o estratégico. Tal qual redigida, a resolução a ser votada possivelmente amanhã pelo plenário do Senado traduz a estratégia da rendição incondicional imposta aos credores externos pelos chauvinistas de grande potência. A linha mestra da política do governo pode até se dizer que atenta contra o bom senso: se não há dinheiro no Tesouro para comprar dólares para saldar as dívidas das estatais e de autarquias não produtivas da União, dos Estados e dos municípios, como adquirir no mercado livre ou no Banco Central essas preciosas divisas? Sucede que a premissa contém em si o encerramento das negociações, pois os credores só poderão receber depois de satisfeitas, como pretende o Senado, todas "as necessidades de financiamento não inflacionário do desenvolvimento econômico". Em suma, nada se pagará, pois nem nos 45 anos fixados como prazo de vencimento dos zero bonds haverá capacidade de pagamento suficiente para honrar os compromissos assumidos. Dizemos isso porque se a população do País continuar crescendo a 1,8% ou 2% ao ano será necessário criar cerca de 2,5 milhões de empregos por ano. Ora, a criação desses novos empregos — e apenas ela, sem contar os investimentos indispensáveis na infra-estrutura e os empregos que devem ser criados para absorver os 50 milhões de brasileiros que vivem marginalizados da sociedade de consumo — esses novos empregos, repetimos, exigirão para sua criação uma

poupança disponível no setor público e no privado de cerca de US\$ 25 bilhões por ano. Haverá no Brasil poupança suficiente para tanto?

Os ilustres senadores não pensaram nisso — os negociadores muito menos. O conceito de capacidade de pagamento abre e fecha as negociações. Disso se aperceberam os departamentos econômicos de alguns bancos credores, senão de todos eles, nos quais também se sabe calcular essa nova fórmula. Tanto assim é que, para alguns desses departamentos, a possibilidade de reembolsada dívida externa no longo prazo fica cada vez mais fraca à medida que o prazo de pagamento se alonga.

Enfim, como o senador Fernando Henrique Cardoso deu a entender que o Senado não deseja criar maiores problemas aos negociadores, se o ponto de fricção for o pagamento de juros, é possível que as negociações comecem. Quando terminarem, ninguém sabe. Nem muito menos se sabe se o Senado aprovará o que for acordado, depois de verificar as prestações de conta dos negociadores, que não poderão pagar nem um cafezinho para os credores.

O triunfo da oligarquia parece total. No Brasil Novo que quer se entrosar no Primeiro Mundo, o Senado fez ressurgir o espírito chauvinista de grande potência que marcou o período do autoritarismo em que mais se tomou emprestado no Exterior sem se preocupar com quem pagaria a conta. Aliás, há indícios de que o plano do governo Fernando Collor também transfere para as futuras gerações o peso maior da dívida!